

## Conselho Cultural (1986-2016): realizações, incertezas, potencialidades

Licínio C. Lima\*

Comemorar três décadas de existência de uma estrutura universitária inovadora no panorama nacional, especialmente no contexto de uma Universidade que foi criada em 1973, faz todo o sentido. Mesmo quando essa especificidade não possa, em rigor, ser já considerada “uma tradição”, como se pode ler no Preâmbulo dos Estatutos da Universidade do Minho, aprovados em 2008, nem um órgão já inscrito no campo institucional que releva da longa duração.

No presente, marcado pelo signo do “nada de longo prazo”, pouco existe de seguro e certo nas universidades, especialmente no que se refere à sua vocação cultural. Lembre-se apenas, e a título de exemplo, que com mais de trinta anos de distintos serviços prestados e de provas dadas em termos nacionais e internacionais, a Unidade de Educação de Adultos (projeto iniciado em 1976), foi recentemente extinta. Os tempos nunca foram fáceis para as Unidades Culturais e hoje são particularmente difíceis, já não apenas em termos de

---

\* Instituto de Educação da Universidade do Minho. Dirigente da Unidade de Educação de Adultos entre 1984 e 2004, vice-presidente do Conselho Cultural entre 1986 e 2002.

recursos, mas também em termos de legitimidade e centralidade no interior de um modelo institucional de universidade que, à escala mundial, tem sido orientado segundo as lógicas da performatividade, do gerencialismo, da ciência competitiva, do vocacionalismo.

A sinalização das realizações notáveis das últimas três décadas, tal como das potencialidades ainda por explorar, seja quanto a um maior protagonismo das Unidades Culturais, seja quanto ao papel do Conselho Cultural, não só não é incompatível com a reflexão crítica em torno das incertezas com que se debatem no presente, como se revela incontornável face ao seu desenvolvimento futuro e à sua capacidade de irradiação por toda a instituição.

Relendo a breve nota de apresentação do Conselho Cultural que publiquei em 1987, em editorial ao segundo número da Revista *Forum*, a solicitação do seu Presidente, o Prof. Lúcio Craveiro da Silva, e apenas um ano após a sua criação a título experimental pelo então Reitor, Prof. Sérgio Machado dos Santos, mantenho o registo otimista que aquele texto, implicitamente, deixa perceber e que o transcurso do tempo confirmou em variadas dimensões.

A coordenação das unidades culturais e as iniciativas de cooperação que puderam ser iniciadas no contexto da Comissão Permanente do Conselho, a expressiva participação da comunidade no seu Plenário, a autonomia praticada em diversas áreas e, significativamente, na distribuição da verbas do orçamento que, a partir de um certo momento, passou a ser globalmente atribuído ao Conselho Cultural, a capacidade de reivindicação, bem justificada e estrategicamente preparada, de verbas, meios e pessoal – quase sempre escassos –, através da ação simultaneamente serena e assertiva do Prof. Lúcio Craveiro, empenhando no Conselho o seu enorme prestígio, foram elementos cruciais para a afirmação desse novo órgão e para a sua consagração estatutária em 1989. A criação da Revista *Forum*, um projeto que os presidentes das Unidades Culturais debatiam desde meados da década de 1980, ainda antes da criação do Conselho Cultural, revelou-se outra iniciativa emblemática, particularmente devedora da ação militante de Henrique Barreto Nunes e, hoje, uma realização de manifesto fulgor editorial e afirmação cultural multifacetada, tendo mesmo, em certas áreas, publicado alguns dos mais prestigiados autores nacionais e estrangeiros, estes últimos, frequentemente, pela primeira vez em língua

portuguesa. Do “Prémio Vítor Sá de História Contemporânea”, passando pela promoção de colóquios e exposições, até ao mais recente “Festival de Outono”, muitos têm sido os sinais de dinamismo e afirmação do Conselho Cultural ao longo dos últimos anos.

Mas, apesar das articulações de há muito ensaiadas entre o Conselho Cultural e as Unidades Culturais, por um lado, e, por outro, as demais estruturas da Universidade, designadamente Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação e, no seu interior, Departamentos e Centros de Investigação, continua por cumprir o objetivo anunciado de concepção e execução de uma política cultural da Universidade, capaz de atravessar as suas estruturas, projetos e ações.

Não se trata de menosprezar o que tem sido feito em cumprimento da missão e dos objetivos da Universidade do Minho, segundo os seus Estatutos de 2008, promovendo a formação cultural e “actividades que possibilitem o acesso e a fruição de bens culturais por todas as pessoas e grupos, internos e externos à universidade”, o intercâmbio cultural, a “interacção com a sociedade, através de contribuições para a compreensão pública da cultura [...]” (art. 2.º). Nem é o caso de ignorar a definição da sua “autonomia cultural”, que a responsabiliza por “definir livremente as suas políticas, programas e iniciativas culturais” e por “promover a democratização do acesso aos bens culturais” (art. 8.º). Mas trata-se de, com rigor, questionar até que ponto a Universidade do Minho poderá fazer mais, implicando e responsabilizando o Conselho Cultural e as suas Unidades, justificando substantivamente o destaque que nos seus estatutos atribui ao Conselho (Subsecção II), não apenas no seu papel de órgão de consulta do Reitor, mas também do Conselho Geral, para questões de “política cultural da Universidade” (art. 59.º).

A situação é, de facto, contraditória, mas talvez só na aparência. Por um lado foi, e continua a ser, muito aquilo que o Conselho e as Unidades alcançaram e realizam, sobretudo quando conhecemos as suas limitações, alguns períodos de crise e de incompreensão quanto à sua natureza distinta e às suas especificidades, a sua condição periférica no interior da Universidade perante o protagonismo crescente, e por vezes algo insular, da investigação e das suas novas regras, tal como da educação universitária, projeto que certamente compreende os cursos e o ensino, mas que em muito os transcende. A vida nos *campi*, as

sociabilidades no interior da Universidade, a socialização dos estudantes, o designio, tão repetido quanto difícil de alcançar, de uma “educação integral”, no contexto de uma “Universidade completa”, que adota necessariamente um conceito amplo de cultura mas que, ao mesmo tempo, lhe exige coerência, encontro e vivência em conjunto, diálogo e sentido crítico, tem sido de difícil concretização e não surge, de resto, como prioridade assumida por largos setores da vida universitária. Mesmo quando, no limite, a educação universitária é um fenómeno cultural complexo e multidimensional que exige a compreensão do carácter imanente do cultural nas políticas e práticas de educação e, especialmente, sempre que não ignora que o fim último da educação universitária, tal como da produção de conhecimento, é a compreensão de nós, dos outros e do mundo em que nos inserimos, ou seja, uma contribuição indispensável ao processo de transformação social e de humanização dos seres humanos.

Hoje, estou certo de que algumas das afirmações anteriores não deixarão de suscitar críticas e reparos, porventura rejeições, por parte de quem critica as disciplinas improdutivas, a falta de “relevância” de certas áreas, a fraca “atratividade” dos projetos e dos financiamentos, as resistências interpostas contra a comercialização dos saberes e a “indústria cultural”, a incapacidade de adaptação funcional aos quesitos dos clientes, a ausência de espírito empreendedor no seio da academia, entre outras expressões do utilitarismo e do neotecnicismo que impregnou as universidades e muitos universitários. Posições que poderão ser um excelente objeto de debate, desde logo político e cultural, se o diálogo, a crítica, o confronto de posições, ainda estiverem inscritos no âmago da cultura académica e esta, entretanto, não se tiver alienado sob um “operacionalismo” triunfante, no contexto daquilo a que alguns já chamaram a “universidade em ruínas”, ou o “pesadelo de Humboldt”.

Em qualquer dos casos, a melhoria das condições de instalação e funcionamento de algumas Unidades Culturais, as iniciativas de revalorização do património da Universidade, bem como alguns dos projetos que se encontram institucionalmente aprovados para os próximos anos, representam sinais de esperança e podem contribuir para uma efetiva realização do elevado potencial que o Conselho e as Unidades continuam a evidenciar. Desde que a academia compreenda e valorize a riqueza cultural e patrimonial que detém e que produz, em muitos casos surpreendente para uma Universidade ainda jovem (basta

lembrar, a título de exemplo, o Arquivo Distrital e a Biblioteca Pública, invejáveis recursos que, hoje, não estão ao alcance de qualquer esforço financeiro, mesmo que assinalável) e que assumam sem tibiezas as suas indeclináveis obrigações de afirmação de uma vocação cultural crítica e cosmopolita, orientada para o bem comum, a diversidade e o pluralismo. Recusando, por isso, concepções estreitas e funcionais de cultura, com estatuto de apêndice ou adereço relativamente àquilo que, com frequência, é considerado nuclear nas universidades do tempo presente.

Não basta, conseqüentemente, afirmar que as universidades são instituições culturais, de liberdade, criatividade e pensamento crítico. Em primeiro lugar porque não está garantido que assim continuem no futuro, perante sinais evidentes de crise no presente, de riscos de instrumentalização e de subordinação a agendas tecnocráticas e a interesses mercantilistas; em segundo lugar porque é no fazer universitário quotidiano, em todas as suas áreas e dimensões, sem exceção – do seu governo e organização, à investigação, ao ensino e à interação com a sociedade –, que as universidades se afirmam como construções socioculturais e optam por referenciais axiológicos e ético-políticos que, em grande medida, as definirão culturalmente. Definição mais dependente das ações concretas, das suas prioridades e das suas ausências, do que dos grandes enunciados relativos à sua missão e aos seus objetivos formais.

